DIÁRIO *de bordo*

Um só discurso

ROBERTO RODRIGUES



A grande proliferação de entidades de representação da agricultura e do agro-negócio no Brasil tem dificultado a solução dos problemas dos produtores rurais. Embora todas sejam dirigidas por líderes conhecidos e bem-intencionados, a diferença de tratamento das questões que afetam o campo termina promovendo diferentes propostas. A questão do endividamento é um exemplo: uns sugerem dilatar o prazo da securitização, outros reduzir o estoque da dívida, outros diminuir os juros, alguns falam em anistia. Sem unidade, o governo faz como quer. Pior ainda: se o governo ou parte dele for maquiavélico, pode estimular essa divisão para governar sem compromisso.

Entre 1986 e 1991, as principais entidades – CNA, OCB, SRB, entre outras – trabalhavam em conjunto através da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e obtinham retumbantes êxitos nas relações com o Executivo. A Constituinte motivava essa união, que mais tarde se desfez.

Hoje, de novo CNA, OCB e Abag iniciaram um movimento visando às discussões da rodada de negociações da OMC, criando um Fórum Permanente de Negociações Internacionais, para o qual todas as entidades do agronegócio estão convidadas, representando diversos segmentos da produção – antes, dentro e depois da porteira. Com o apoio da USP e FGV-RJ, o Fórum já se relaciona com o governo, com o objetivo de obter uma posição de consenso público/privado para chegar articuladamente à OMC, como já fazem há anos nossos concorrentes da Europa, do Nafta e até do Mercosul. É um exercício positivo e produtivo, sob um guarda-chuva doutrinário em que se definem os objetivos globais do país. Cada cadeia produtiva fará suas propostas, fixando as prioridades a serem negociadas com boa base técnica.

Mas no bojo dessa questão específica – as negociações na OMC – surge a oportunidade para uma discussão mais ampla, exatamente a que trata da representatividade das entidades da agropecuária brasileira.

Serão necessárias tantas entidades? Terão elas legitimidade? Os produtores rurais as conhecem ou se sentem representados por elas?

É chegado o momento de enfrentar o assunto com uma visão organizacional moderna, e até considerar a hipótese de diminuir o número de entidades, pela fusão de várias ou até a incorporação de umas por outras. É absolutamente indispensável unificar as propostas e as discussões; é a única chance de obter sucesso nas negociações com o governo, com o parlamento e na área internacional.

Talvez pudéssemos iniciar esse processo criando um Conselho Brasileiro da Agropecuária e do Agronegócio, no qual as principais entidades tivessem assento com voto de qualidade. Utilizando critérios pré-definidos – número de associados, representações nos estados e regiões, patrimônio físico da instituição e outros – se estabeleceria um diferencial quantitativo para cada entidade, de forma que as mais poderosas teriam mais votos no Conselho do que as menos importantes. Mas todas estariam presentes.

Um exemplo é o *Landbruqsraadet*, o Conselho da Agricultura da Dinamarca, país extremamente desenvolvido, em que mais de 90% da produção rural é obtida através das cooperativas e que exporta 2/3 do que produz. O Conselho da Agricultura da Dinamarca é composto por dois grupos de entidades: grupo A, fundadoras e gestoras da instituição, e grupo B, organizações setoriais menores. O grupo A tem 14 membros, sendo 12 com direito a voto e dois observadores sem voto. Os votos são proporcionalmente distribuídos. A União de Agricultores Dinamarqueses tem nove votos, assim como a Federação de Cooperativas; a Associação da Agricultura Familiar tem cinco, e os outros nove membros têm um voto cada: Associação da Agricultura de Comércio, Federação de Produtores de Suínos e Frigoríficos, o *board* de laticínios, o Conselho da Avicultura, o Conselho dos Produtores de Ração e Carne, a Associação dos Horticultores, o Conselho de Produtores de Semente, os Produtores de Beterraba e Açúcar e a Associação dos Produtores de Peles (couros).

Além dessas, a Associação de Jovens Agricultores e a Real Sociedade Dinamarquesa de Agricultores têm direito a participar como observadoras, sem voto.

Finalmente, as quatro maiores organizações têm também direito a um observador adicional, de forma que o Comitê tem 39 membros, incluindo os observadores. São 33 os que votam. As entidades do grupo B são observadoras.

O Conselho elege um presidente e dois vices com mandato de três anos, os presidentes dos diferentes comitês do Conselho – de política econômica, relações com a UE, promoção de exportações, veterinários, o centro de informações e conferências, o de transportes e o de pesquisa. Todos os comitês prestam serviços aos produtores, somando os recursos das instituições integradas. O resultado é excelente. Uma única voz representa os produtores perante o governo, o Parlamento, a sociedade e a área internacional. O governo não pode dividir os agricultores, unificados pelo Conselho. Para o governo também há um lado bom: falou com um, falou com todos.

A grande questão em jogo é de ordem cultural. Quando um assunto é decidido por voto, quem perdeu se associa a quem venceu. A causa vencedora fica sendo a de todos. Esta é a verdadeira democracia. Precisamos caminhar nessa direção.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional e da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness.